

## Bolsonarismo e neofascismo



Por **WÉCIO PINHEIRO ARAUJO\***

*O despertar do neofascismo brasileiro não começou e nem se encerra com o bolsonarismo*

O bolsonarismo por si só não explica o levante reacionário de extrema direita que testemunhamos na conjuntura política brasileira contemporânea; muito pelo contrário, é o caráter fortemente reacionário da formação social brasileira que explica o bolsonarismo. Sob a perspectiva de uma crítica social, a questão que resolvi tomar como objeto na minha pesquisa – e que compartilho com o leitor neste breve ensaio – está em analisar como a canalização e a amplificação ideológica de determinada cultura política favoreceu historicamente o surgimento de um movimento político de massas de caráter fortemente reacionário e antidemocrático neste início do século XXI, mesmo após um longo período de governos de esquerda na chamada era lulo-petista. Para escrutinar criticamente essa cultura política e suas contradições, precisamos olhar para o presente sem perder de vista a formação social brasileira.

O fim da ditadura instalada em 1964, não representou o fim da mentalidade antidemocrática que lhe serviu de base em diversos setores da sociedade civil brasileira. Com o golpe de 2016 e a eleição de Jair Bolsonaro, este fundo civil autoritário é ideologicamente canalizado e amplificado pelo chamado bolsonarismo, em um movimento que progressivamente vai assumindo a forma política de um neofascismo de massas. Este é o processo que denomino como o despertar ideológico do neofascismo no Brasil e que, por sua vez, pretendo analisar nesta breve exposição.

O despertar do neofascismo brasileiro não começou e nem se encerra com o bolsonarismo. Embora, encontra nele um importante salto de consolidação político-ideológica, apesar da derrota de Jair Bolsonaro nas eleições de 2022. Portanto, meu objetivo aqui é, a partir dos aspectos supracitados, analisar a seguinte hipótese: estamos vivendo uma nova fase da evolução de um fundo civil autoritário entranhado na formação social brasileira, que a partir de 2016 com o golpe parlamentar de *lawfare* e, sobretudo a partir de 2018, com a chegada de Jair Bolsonaro e seus asseclas ao poder, veio progressivamente se consolidando na sociedade civil como um neofascismo de massas, a partir do fortalecimento do fenômeno que ficou conhecido por bolsonarismo. Sob esta perspectiva política da formação social brasileira historicamente determinada e culturalmente condicionada, também pretendo utilizar o conceito de microfascismo para aprofundar a análise em tela – conforme explicarei mais a frente.

Após o resultado que deu a vitória a Luís Inácio Lula da Silva nas eleições de 2022, iniciou-se no Brasil o que boa parte dos analistas convencionou chamar de “terceiro turno”, sobretudo a partir dos movimentos criminosos de ocupação das estradas iniciados ainda na noite do domingo, 31 de outubro; seguidos pelos atos antidemocráticos nas portas dos quartéis. Contudo, não podemos reduzir a complexidade da conjuntura política hodierna a algum chavão que talvez a mistifique muito mais do que ajude a compreendê-la. Não obstante, sem qualquer pretensão de estabelecer alguma análise definitiva, o argumento de partida que sugiro para pensar a hipótese colocada é o seguinte: não se trata de pensar somente o bolsonarismo, sua sobrevivência ou não. Para tentar abarcar melhor a complexidade da situação, divido o meu argumento inicialmente em dois momentos.

Primeiramente, não podemos esquecer que o golpe de *lawfare* desferido em 2016 segue em curso na sociedade civil, apesar do seu ciclo encerrado no campo institucional com a vitória de Lula. Desmontar o golpe na sociedade civil nem de longe se consegue apenas nas urnas. Na forma ideológica de um movimento político de massas fortemente reacionário, o neofascismo segue vivo e não pode ser subestimado.

Segundo, trata-se do fortalecimento de um neofascismo de massas que encontrou no bolsonarismo um conduto de passagem e empoderamento, mas que nem de longe se esgota com a derrota de Jair Bolsonaro – ou até mesmo um possível enfraquecimento do bolsonarismo propriamente dito. Este processo produz um movimento de massas de caráter essencialmente fascista, porém, não pode ser integralmente identificado com o fascismo clássico iniciado na Itália do início do século XX – ou mesmo com o integralismo brasileiro fundado por Plínio Salgado nos anos 1930.

Por isto surge a necessidade, não apenas retórica, de utilizar o termo neofascismo, não como um jargão viciado a pretexto de não pensar o problema em profundidade, mas como uma chave de leitura qualificada teoricamente. Apesar de apresentar elementos de conteúdo essencialmente fascistas em sentido clássico, na conjuntura hodierna, as mediações se renovam dialeticamente no tocante ao que fundamenta a minha chave de leitura para falar de um neofascismo de massas, a saber: as formas subjetivas de os indivíduos vivenciarem politicamente o conteúdo das relações sociais que constituem objetivamente a experiência da vida em sociedade, ou seja, a vida política.

É neste processo que os indivíduos são formados culturalmente como sujeitos políticos em uma sociedade; assim, falar em ideologia sob a perspectiva do sujeito requer pensar o processo de formação cultural deste sujeito, que evidentemente implica em um processo historicamente determinado e socialmente condicionado. Portanto, a partir destes aspectos que considero nevrálgicos, divido a minha análise em três partes.

## O neofascismo brasileiro

De modo geral, o que denomino como despertar ideológico do neofascismo brasileiro pode ser compreendido como um movimento de massas neoconservador de caráter populista fortemente reacionário e antidemocrático, situado na extrema direita do espectro ideológico. Este movimento de massas surge determinado historicamente pela formação social de uma cultura política capaz de produzir um sujeito político deformado no tocante as suas formas de vivenciar o conteúdo das relações sociais na experiência democrática da vida em sociedade. Para situar melhor a questão, vale destacar que na quadra histórica do pós-golpe de 2016, este processo de formação social ocorre marcado por três frentes, que historicamente são cumulativas de maneira sincrônica, a saber: (i) A formação de uma subjetividade social que produz um sujeito empresarial modelado no e pelo neoliberalismo – no Brasil, este processo começa com a cartilha econômica neoliberal aplicada a partir de 1994, leia-se: o Plano Real, e se consolida com a reforma trabalhista do governo golpista de Michel Temer; (ii) A forma jurídica que encampa a lei como arma política contra a lógica democrática do Estado de direito, mais conhecido como *lawfare* – que tem seu corolário na Operação Lava-jato e no próprio golpe de *lawfare* em 2016; (iii) A canalização e amplificação ideológica operada pelo bolsonarismo, sobretudo a partir das eleições de 2018, desse processo de formação social de um sujeito político reacionário movido por práticas discursivas que encontram no autoritarismo e no ódio as únicas formas de vivenciar a política como experiência da vida em sociedade. Este último aspecto é o meu foco neste ensaio. Nesta direção, pretendo utilizar o conceito de microfascismo para realizar a minha análise – o qual detalharei mais à frente.

Como já demonstrei em outras análises publicadas no site **A Terra é Redonda**, no Brasil contemporâneo esse levante reacionário é disparado a partir de uma guerra híbrida contra a esquerda fortemente marcada pelo antipetismo, que tem seu início – ainda muito confuso – nas jornadas de junho em 2013. Contudo, no intuito de compreender a urdidura que costura essas três frentes formadoras de um sujeito político reacionário empoderado na cena política como um movimento de massas crescente, comecei a me fazer a seguinte pergunta: como fazer uma análise crítica, sob a perspectiva do sujeito, desse processo histórico que levou a um avivamento político e ideológico dos elementos mais reacionários presentes na formação social brasileira?

Na direção de tentar contribuir para responder a esta pergunta, o meu intuito é tentar compreender essa questão e suas contradições, a partir de alguns aspectos atinentes à formação social brasileira em seu período mais recente, terreno no qual é formado historicamente esse sujeito político que representa a mentalidade desse levante reacionário que no seu despertar, adquire no bolsonarismo, a forma ideológica de um neofascismo de massas.

Como destaquei no início desta exposição, o bolsonarismo por si só não explica a questão desse levante neofascista; muito pelo contrário, é o caráter fortemente reacionário da formação social brasileira que explica o bolsonarismo. Portanto, me

parece profícuo caminhar na direção de resgatar alguns elementos da formação social brasileira sob uma perspectiva crítica deste sujeito político reacionário e seus processos de subjetivação; o que tentarei fazer aqui com ênfase para a quadra histórica que corresponde às contradições do lulismo e surgimento do bolsonarismo e suas mediações com as formas ideológicas de os indivíduos vivenciarem politicamente o conteúdo das relações sociais na sociedade brasileira. Para isto, formulo o conceito de microfascismo na direção de analisar o conduto de passagem historicamente determinado e culturalmente condicionado capaz de contribuir para desmistificar a formação ideológica dessa mentalidade reacionária.

## O microfascismo como mediação da subjetivação neofascista

A partir da experiência histórica do fascismo amplamente analisada pelo pensamento crítico ao longo de todo o século XX – que por motivos óbvios não irei recuperar neste breve ensaio<sup>[1]</sup> –, é que proponho uma maneira crítica de pensar o neofascismo, direcionada especificamente para as formas subjetivas de os indivíduos vivenciarem ideologicamente a experiência da vida em sociedade enquanto sujeitos políticos. Para isto, formulo o conceito de microfascismo, que inicialmente pode ser definido pelo conjunto de microelementos subjetivos reacionários produzidos nas relações de poder que formam culturalmente e conduzem subjetivamente os indivíduos como sujeitos políticos (partidos, movimentos etc.) em uma sociedade democrática. Este processo envolve ideologicamente desde o núcleo familiar até a escola, a igreja, o partido político, o sindicato, a empresa etc.

Na experiência da vida política brasileira, o microfascismo se expressa nos e pelos pequenos elementos ideológicos – desde piadas aparentemente inofensivas até narrativas heteronormativas, negacionistas, conspiratórias etc. – que se constituem como uma mítica de significação ideológica das práticas discursivas reacionárias decorrentes da formação social e política de uma sociedade colonialista, escravista e autoritária, a exemplo do racismo, do machismo, da homofobia, dos negacionismos etc. Estas práticas discursivas acabam por ser moralmente sancionados em um processo de formação cultural que adquire um caráter de deformação ideológico na produção de um sujeito político e de um *ethos* contrário à lógica democrática da cidadania social e dos direitos humanos. Portanto, o microfascismo volta-se à análise direcionada para a sociedade civil e seus processos de subjetivação socialmente determinados e culturalmente condicionados, com ênfase para a formação cultural dos indivíduos como sujeitos políticos.

Cabe ressaltar que falar em microfascismo em nada tem a ver com alguma redução aligeirada de um fascismo brasileiro ao modo europeu do século passado. É bem mais complexo: na quadra histórica do surgimento do bolsonarismo, não temos um fascismo clássico, isto é, neste segundo decênio do século XXI, não há exatamente um Estado fascista como aconteceu na Itália de Mussolini em 1919, conforme aponta o historiador Robert Paxton na sua magistral obra *Anatomia do Fascismo* (2007). Para analisar algumas mediações imanentes à formação cultural deste sujeito político reacionário em questão, é que formulo a chave de leitura do microfascismo. Vamos à história.

No cenário que se desenrolou após o golpe de *lawfare* que levou ao derrube do governo Dilma e sua sequência estrategicamente conduzida pelos setores golpistas, chegamos a um momento da formação histórica brasileira, no qual uma visão mítica de nação constituída sob um invólucro chauvinista, precisava de uma liderança que encarnasse o perfil político reacionário de um autêntico representante do típico “homem de bem” e suas práticas discursivas: hipocritamente temente ao Deus cristão, chefe de família no modelo patriarcal, que coloca ordem na casa sob a autoridade hipócrita de um moralismo cristão emplacado no discurso pela ousadia da ignorância, que tem suas bases na negação da ética dos direitos humanos e na rejeição da racionalidade científica.

À esta altura, todos os demônios da mentalidade reacionária brasileira estavam à procura de uma liderança que encarnasse esse avivamento político nas mais péfidas narrativas sociais carregadas de elementos microfascistas. Como adverte Madeleine Albright, em *Fascismo: um alerta* (ALBRIGHT, 2018), “a energia do fascismo é alimentada por homens e mulheres abalados por uma guerra perdida, um emprego perdido, uma lembrança de humilhação ou a sensação de que o seu país vai de mal a pior”. Desta maneira, surge a demanda por um mito capaz de encarnar um messias político que pudesse “salvar” o Brasil da pecha petista da corrupção e da “ameaça comunista”, sob a missão de uma limpeza moral.

Este processo se realiza sob o signo da contradição estabelecida entre o conteúdo social e a forma política. Sob a inflexão dessas práticas discursivas ideologicamente modeladas pelo microfascismo, podemos obter o seguinte avanço em nossa

chave de leitura: as práticas discursivas reacionárias estabelecidas na forma ideológica de os indivíduos vivenciarem politicamente o conteúdo das relações sociais culturalmente condicionadas, são determinantes para a formação das múltiplas correlações de forças que constituem as relações de poder na sociedade brasileira, desde a esfera do cotidiano até as instituições por meio das quais o poder adquire centralidade no Estado.

De maneira mais específica, trata-se daqueles microelementos autoritários de vetor subjetivo que compõem como uma progressão imanente à formação cultural de um sujeito político determinado por práticas discursivas que formam e deformam as condutas individuais e coletivas na experiência social e, portanto, produzem um sujeito político reacionário. Por conseguinte, sob a determinação do microfascismo, este processo de formação adquire um caráter político de deformação do sujeito político que produz historicamente.

Podemos dizer que essas práticas discursivas consistem naquelas práticas sociais nas e pelas quais as condições objetivas de uma sociedade se exteriorizam como subjetividade objetivada em atos políticos concretos. Por sua vez, na formação histórica dessa sociedade, os microelementos autoritários se objetivam no discurso entendido como uma prática social que determina a forma ideológica reacionária desse sujeito político vivenciar as relações de poder. O cotidiano é a região na qual, por meio desses vetores microfascistas, a ideologia opera como uma força material, “harmonizando” a contradição imanente à formação social deste sujeito, estabelecida entre, de um lado, o conteúdo das relações sociais situado nos fatos objetivos, e de outro, as formas subjetivamente deformadas deste conteúdo ser vivenciado politicamente, isto é, entre, de um lado os fatos, e de outro, as formas subjetivas destes fatos serem vivenciados ideologicamente na experiência da vida em sociedade.

No caso da formação social brasileira, esta experiência enquanto vivência concreta que “educa” social e politicamente o indivíduo, via de regra ocorre na forma de um autoritarismo moralista marcado pelo afeto do ódio como única forma de vivenciar a vida política no campo das disputas ideológicas, que apresenta sempre um contorno mitológico com cariz essencialmente antidemocrático, voltado para um líder ungido pelo Deus cristão e que, portanto, está acima das leis e das regras do jogo. Estes elementos são formados e fortalecidos desde o cotidiano, seja no discurso da dona de casa ou do pai de família e paladino da moral, conhecido como o “homem de bem”, trabalhador e temente ao Deus cristão. Conforme analisa Jason Stanley, “Numa sociedade fascista, o líder da nação é análogo ao pai da família patriarcal tradicional. O líder é o pai da nação, e sua força e poder são a fonte de sua autoridade legal, assim como a força e o poder do pai de família no patriarcado supostamente são a fonte de sua suprema autoridade moral sobre seus filhos e esposa” (2020, p. 22).

Consequentemente, a relação de identidade desse sujeito com aqueles que ele escolherá como seus representantes no exercício do poder político no Estado, dificilmente ocorrerá a partir de discursos políticos progressistas, pautados na racionalidade filosófica ou científica, e ainda menos na defesa dos direitos humanos. A formação social e cultural deste sujeito político se revela como uma (de)formação ideológica de uma mentalidade reacionária. Mas como entender este conceito de formação?

De modo geral, a vida política é determinada socialmente pelo desenvolvimento histórico do ser humano como um ser que se autoproduz a partir do trabalho, mas não unicamente naquilo que corresponde ao mundo da produção material de mercadorias; é preciso também levar em conta o mundo das formas de vivenciar subjetivamente o conteúdo objetivo das relações sociais. Trata-se do mundo da práxis no qual atuam as pessoas concretamente por meio do agir dotado de consciência mediatizada pela linguagem na forma de subjetividade que se materializa ideologicamente em práticas sociais.

Na modernidade, conforme ressaltou o filósofo alemão G. W. F. Hegel (1770-1831), quando por meio do trabalho o ser humano produz um objeto, ele o produz também como cultura e subjetividade, ou seja, ao se produzir algo material se produz não somente um saber técnico, mas também e simultaneamente uma arte, uma ciência, uma política, uma ética, uma ideologia e uma moralidade deste objeto enquanto produto do processo de trabalho e, por conta disto, o ser que trabalha também é trabalhado. Em suma, é esta concepção de formação cultural (*Bildung*) que assumo aqui, e que pode ser resumida em poucas palavras: ao produzir um conteúdo material, o trabalho enquanto atividade humana produz também uma cultura enquanto forma subjetiva deste conteúdo ser vivenciado pelos próprios seres humanos.

Nesse sentido, o conceito de formação (*Bildung*) da concepção hegeliana fornece-nos um fundamento filosófico (ontológico-dialético) para compreender a formação dos sujeitos políticos como um processo social e econômico, mas também inevitavelmente cultural e ideológico. Reitero: esta compreensão ancora-se no fato de que o trabalho não produz apenas coisas materiais, mas sobretudo produz cultura e processos de subjetivação que formam e educam socialmente o indivíduo,

para que este compareça na vida política como um sujeito capaz de se organizar a partir de uma determinada cultura política ideologicamente estabelecida, seja na forma de movimentos sociais, partidos políticos etc.

Esse mundo da práxis (social, cultural, político etc.) – se quisermos resgatar um pouco das origens deste termo em Aristóteles –, corresponde à vida social como formadora da consciência e das subjetividades individual e coletiva na forma de práticas discursivas e suas manifestações ideológicas na vida política enquanto práticas sociais que se revelam como campo fértil para a produção das diversas narrativas sociais condensadas no imaginário popular de uma sociedade. Portanto, as práticas discursivas formadas culturalmente em uma sociedade, se revelam politicamente como formas ideológicas de o sujeito vivenciar subjetivamente o conteúdo das relações sociais por meio de ideias que somente se realizam sendo ditas, isto é, na linguagem. Afinal, o próprio processo de trabalho só se realiza sendo dito, e por isto este animal que trabalha é também, como denominou Aristóteles, um animal que fala (*zoo logos echon*) e, conseqüentemente, um animal político (*zoo politikon*).

No aspecto histórico dessa formação social culturalmente condicionada, a mediação que serve de conduto de passagem para os processos de subjetivação dos microfascismos está na formação histórica das narrativas sociais mais tacanhas que formam uma mentalidade autoritária em grande parte do povo brasileiro, a exemplo – como já mencionei – do racismo, do mandonismo<sup>[ii]</sup>, do machismo, da homofobia etc. O levante reacionário se dá à medida que essas narrativas microfascistas são vivenciadas ideologicamente como práticas discursivas com implicações reais na experiência social, de modo a permitir a organização e empoderamento de um movimento político de massas capaz de agir como sujeito político. É precisamente o que testemunhamos com o surgimento do bolsonarismo.

Desde o cotidiano desse indivíduo situado na família e em grupos sociais mais específicos ligados por uma determinada crença ou convicção, até a esfera da coletividade ético-política na qual o poder adquire centralidade no Estado, a potência das narrativas microfascistas é, não raro, a única força ideológica determinante das práticas discursivas deste sujeito político, de modo a promover a formação de movimentos de associação de massas para a promoção de práticas de ódio como forma de manifestação política.

Em resumo: neste sujeito reacionário, a experiência política encontra no ódio a sua forma afetiva mais proeminente. Processo que no Brasil contemporâneo inicia com o antipetismo. Com a importante ressalva de que este rótulo vai além do próprio Partido dos Trabalhadores. Na verdade, o antipetismo acaba por se tornar a principal forma de identificar e nomear o inimigo político desse patriotismo chauvinista e antidemocrático que adquire a forma de um neofascismo de massas.

A partir desse contexto, podemos fazer um resumo da ópera: na formação social brasileira, a mediação do microfascismo situada na contradição estabelecida entre o conteúdo social e a forma política, produziu (e produz) a mentalidade reacionária que encontra representatividade em um Estado historicamente determinado pela lógica da exceção e que, a partir de 2016, tem sua forma jurídica engrenada na contradição que denominei como autoritarismo do Estado de direito promovido pelo golpe de *lawfare*. É precisamente neste processo que opera o elemento reacionário que determina o caráter ideológico da manobra política golpista inovada pela tática de *lawfare*, instrumentalizada socialmente pela costura da governamentalidade neoliberal com um moralismo reacionário eloquente em suas práticas discursivas carregadas de elementos microfascistas.

O efeito social mais grave dessa formação microfascista está no fato de que, via de regra, se torna impossível à grande parte dos indivíduos nessa sociedade, serem educados de modo a formar uma cultura democrática efetiva, capaz de promover a ultrapassagem da subjetividade egoístico-passional, por meio da formação de uma subjetividade ético-política da cidadania – o que seria realmente um processo de educação política capaz de fortalecer a democracia não somente como regime de governo, mas sobretudo com cultura.

Portanto, neste contexto, ao acionarmos o conceito de microfascismo para pensar a problemática em questão, a primeira conclusão alcançada pela minha análise é a seguinte: esse sujeito político reacionário empoderado no e pelo bolsonarismo, não se reconhece nem se identifica com o *ethos* democrático, precisamente porque sua formação cultural é, não somente alheia aos valores ético-políticos da democracia, mas sobretudo, e ainda pior, é ideologicamente deformada por uma cultura política estruturalmente antidemocrática e que se desdobra no ódio como a principal forma de vivenciar a experiência política no que tange a tudo aquilo que discorda do seu modo de ser. E mais: não se trata de ser simplesmente conservador, na verdade, consiste no processo de formação cultural de um sujeito político reacionário marcado por uma

neoconservadorismo antidemocrático.

Vale ressaltar que nem todo conservadorismo é necessariamente reacionário, até porque a democracia não significa eliminação de grupos conservadores. Muito pelo contrário, o conservadorismo tem sua legitimidade, desde que esteja ancorada em uma cultura democrática, mesmo que ideologicamente conservadora nos costumes ou na economia, por exemplo, e não na lógica fascista do “nós contra eles”.

No tocante ao bolsonarismo, o aspecto determinante não é se há ou não ódio na política, é mais complexo: trata-se de quando o ódio se torna a forma unidimensional de o indivíduo vivenciar politicamente o conteúdo das relações de poder com relação aos seus opositores, isto é, daquelas relações por meio das quais se realiza a própria vida em sociedade como experiência política plural capaz de garantir o exercício coletivo da liberdade entre convergências e divergências.

Por sua vez, gostaria de caminhar ainda mais um pouco na questão de maneira um pouco mais específica, por meio da seguinte indagação: no Brasil, como opera a mediação ideológica neste processo de formação cultural desse sujeito político reacionário que no bolsonarismo, ganhou a forma política de um neofascismo de massas? Vejamos a seguir.

## Microfascismo e colonização ideológica na formação social brasileira

No Brasil contemporâneo, vivemos o corolário de determinações históricas produzidas a partir de uma formação social imposta pelas elites na esteira da luta de classes e suas contradições imanentes, que acabaram por ser “harmonizadas” ideologicamente na ordem das práticas discursivas que modelaram as relações de poder por meio de um processo de “modernização conservadora”, estruturada por meio de narrativas históricas concebidas unicamente na perspectiva dos vencedores (leia-se: opressores).

Portanto, é preciso pensar a história a contrapelo desta concepção contínua e linear, resgatando as rupturas capazes de dar voz aos vencidos e oprimidos. É nesta direção que em *As razões do Iluminismo* (1987), “Sérgio Paulo Rouanet nos convida a pensar com Walter Benjamin: a uma concepção contínua e linear da história – que para Benjamin é sempre a história dos vencedores – se opõe uma história concebida na perspectiva dos vencidos, baseada na ruptura e não na continuidade” (MORAES, 2011, p. 11). Deste modo, “A história assim concebida não é uma sucessão de fatos mudos, mas uma sequência de passados oprimidos, que têm consigo um ‘índice misterioso’, que os impele para a redenção” (ROUANET apud MORAES, 2011, p. 11).

Na história da sociedade brasileira, este processo de produção de narrativas concebidas unicamente sob a perspectiva das elites, se dá desde os colonizadores ideológicos do passado (os jesuítas, por exemplo) até os colonizadores ideológicos do presente (boa parte dos pastores neopentecostais). É fundamental compreender como este processo determinou e ainda determina em grande medida, a formação politicamente deformada que se expressa na maneira que indivíduos como os apoiadores do bolsonarismo, vivenciam politicamente o conteúdo das relações sociais. Na conjuntura hodierna, este sujeito político neofascista encontra um terreno fértil para sua proliferação ideológica em alguns grupos evangélicos pentecostais e neopentecostais, processo que consolida popularmente a mentalidade que foi canalizada e amplificada ideologicamente pelo bolsonarismo.

Afinal, conforme demonstram dados apresentados na *Revista Pesquisa* (FAPESP, 2019): “Entre 2000 e 2010, a população evangélica brasileira saltou de 26,2 milhões para 42,3 milhões, em um movimento oposto ao do catolicismo, que vem perdendo adeptos desde os anos 1980, conforme o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)”. Junto disto, não podemos esquecer de destacar o caráter civil-militar da ditadura de 1964, justamente porque, embora os militares tenham caído na década de 1980, o fundo civil-autoritário que lhes amparava ideologicamente, continuou se proliferando, de modo a garantir a formação de um sujeito político fortemente reacionário que seguiu se desenvolvendo como uma progressão imanente à constituição do imaginário popular brasileiro, de maneira fortemente ligada a grande parte desses grupos evangélicos – conforme analisa com propriedade a jornalista Andrea Dip, na obra intitulada *Em nome de quem? A bancada evangélica e seu projeto de poder* (DIP, 2018).

Como uma progressão imanente à formação politicamente deformada desse sujeito reacionário, a “harmonização” ideológica estabelecida entre o conteúdo das relações sociais e as formas discursivas deste conteúdo ser vivenciado politicamente, se mostra fortemente determinada pelo microfascismo. Este processo se consolida ideologicamente por meio da produção e reprodução de práticas discursivas completamente alienadas com relação à lógica democrática da cidadania social, tendo em vista que seu *ethos* político se pauta numa concepção teocrática de sociedade e, portanto, antidemocrática. Amplos setores da sociedade encontram-se completamente estranhados com relação aos valores ético-políticos atinentes a uma cultura democrática. Portanto, trata-se de um sujeito político estranhado de si mesmo já desde a sua própria formação social e, por conseguinte, incapaz de se reconhecer no outro sob uma perspectiva ético-política da experiência da vida em sociedade de maneira plural.

No contexto de como opera a ideologia, segundo descreve Wilhelm Reich (REICH, 2001, p. 17), no tocante ao sujeito, “seja qual for a classe social a que pertença, não é apenas objeto dessas influências, mas também as reproduz em suas atividades [...]. Mas a ideologia social, na medida em que altera a estrutura psíquica do homem, não só se reproduz nele, mas também [...] se transforma numa força ativa, num poder material”.

A partir do modo como sugere Reich, proponho compreender a ideologia na esteira do funcionamento dessa estrutura culturalmente (de)formadora do caráter do sujeito político que produz. Sob esta embocadura, o processo formativo do sujeito no qual opera ideologicamente o microfascismo, nos coloca diante da possibilidade de começar a responder a questão com a qual encerrei a seção anterior, a partir de três pontos iniciais – obviamente direcionados para a sociedade brasileira: primeiramente, na formação social brasileira foram e são produzidas e reproduzidas ideologicamente, as determinações reacionárias que modelaram e modelam historicamente as formas subjetivas de os indivíduos vivenciarem politicamente seus afetos (e desafetos), sua sexualidade, seus desejos e seus medos sob um enredo autoritário e politicamente unidimensional entranhado por essa perspectiva moralista teocrática, desde a infância até a idade adulta. O enfraquecimento ideológico do catolicismo no Brasil, não se deu por motivos iluministas, mas em face do crescimento do protestantismo pentecostal.

Em segundo lugar, ideologicamente, este processo de formação social fortemente determinado pelo microfascismo, se constitui como a base cultural do levante reacionário que se materializa no bolsonarismo; ou seja, o microfascismo é a mediação imanente à formação social brasileira que produziu e reproduz o bolsonarismo enquanto formação de um sujeito político deformado pelo completo estranhamento político com relação à democracia, não apenas como regime de governo, mas sobretudo como cultura capaz de promover politicamente os valores científicos e a ética dos direitos humanos. Por isto todo negacionismo lhe cai como uma luva.

Em terceiro, o bolsonarismo surgiu e ganhou força à medida que essas determinações microfascistas são canalizadas e amplificadas ideologicamente na arena política, pelos setores mais reacionários da sociedade brasileira, sobretudo em momentos de crise, quando se acirraram as tensões relativas à vida social e seus conflitos políticos sob a perspectiva de classe, raça e gênero. Nesta direção, ao nível do Estado brasileiro, o golpe de *lawfare* perpetrado em 2016 se torna um conduto de passagem político-institucional para este levante reacionário que ganha forma política e ideológica no bolsonarismo, à medida que compromete o significante político do Estado democrático de direito, não apenas no âmbito institucional, mas sobretudo nas formas ideológicas de os indivíduos vivenciarem politicamente o conteúdo das relações sociais.

No caso do levante reacionário no Brasil e sua progressiva eclosão a partir do golpe de *lawfare* em 2016, formas de consciência ideológica viscerais à formação social brasileira afloram legitimadas nas práticas discursivas deste sujeito político armado de uma mitologia neofascista marcada pelos negacionismos histórico e científico, bem como a rejeição do *ethos* democrático e dos direitos humanos.

Todas essas determinações convergem para o avivamento de três elementos típicos do universo ideológico fascista, e que, imbricados, caracterizam propriamente esse neoconservadorismo reacionário como um fenômeno político que tem sua expressão mais genuína no bolsonarismo enquanto despertar de um neofascismo de massas: (i) Uma visão mítica de nação sob um discurso patriótico chauvinista marcado pelo ódio como forma unidimensional de vivenciar a experiência política; (ii) A visão do outro no campo político, não como o opositor necessário que deve ser antagonizado no jogo democrático, mas, ao contrário, como um inimigo que deve ser eliminado e que, diante disto, aquele patriotismo chauvinista guia-se pela necessidade mitológica de salvação, que se expressa marcada pelo culto à figura de um messias político que



antropomorfiza e encarna “o mito” capaz de vencer a esquerda estigmatizada em rótulos anacrônicos como o “comunismo”; (iii) Um pragmatismo político que se manifesta no culto da ação pela ação ideologicamente marcado pelo negacionismo histórico e também científico (a exemplo daqueles que negam a ditadura civil-militar de 1964, o racismo, as vacinas etc.).

Estamos diante daquilo que em *Sobre o Autoritarismo Brasileiro*, a antropóloga e historiadora Lilian Schwarcz (2019) identifica como uma mitologia de Estado, regida pela elocução da polarização do “eles” contra “nós” ou do “nós” contra “eles” – condição ideal para o neofascismo de massas empoderado na sociedade brasileira. Também Adorno, ao analisar o padrão da propaganda fascista, destaca que “A maioria esmagadora das declarações dos agitadores é dirigida *ad hominem*. Elas são baseadas mais em cálculos psicológicos que na intenção de conseguir seguidores por meio da expressão racional de objetivos racionais”. Na ordem do dia, a sintomática síntese desse movimento está na máxima viral, unidimensional e neofascista: “S.O.S Forças Armadas: salvem o Brasil do comunismo”.

**\*Wécio Pinheiro Araújo** é professor de filosofia na Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

## Referências

ADORNO, T. W. *A Teoria Freudiana e o Padrão da Propaganda Fascista*. In: Blog da Boitempo. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2018/10/25/adorno-a-psicanalise-da-adesao-ao-fascismo/>.

ALBRIGHT, M. *Fascismo: um alerta*. São Paulo: Planeta, 2018.

BERNARDO, João. *Labirintos do fascismo* (06 volumes). São Paulo: Hedra, 2022.

BRANDALISE, Carla. *Dimensões do fascismo: a ação integralista brasileira*. Curitiba: CRV, 2021.

CASSIMIRO, Paulo Henrique; LYNCH, Christian. *O populismo reacionário*. São Paulo: Contracorrente, 2022.

DIEGUEZ, Consuelo. *O ovo da serpente - nova direita e bolsonarismo: seus bastidores, personagens e a chegada ao poder*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

DIP, Andrea. *Em nome de quem? A bancada evangélica e seu projeto de poder*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

DORIA, Pedro. *Fascismo à brasileira*. São Paulo: Planeta, 2020.

FAPESP, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Fé pública. *Revista Pesquisa*, ed. 286, dez. 2019. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/2020/01/24/fe-publica-2/>.

FERNANDES, Leila Milli. *Fascismo à brasileira? Análise dos discursos de Jair Messias Bolsonaro*. São Paulo: Editora Dialética, 2022.

FINCHELSTEIN, Federico. *Do fascismo ao populismo na história*. São Paulo: Almedina, 2019.

GONÇALVES, Leandro Pereira; CALDEIRA NETO, Odilon. *O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2020.

KONDER, Leandro. *Introdução ao fascismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MORAES, D. *A esquerda e o golpe de 64*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PAXTON, R. *A anatomia do fascismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

PETRY, Luis Carlos; RICCI, Rudá. *O Fascismo de Massa: um opúsculo que analisa o Fascismo Pelo Viés da Filosofia, Sociologia, Psicanálise e Semiótica*. Curitiba: Kotter Editorial, 2021.

POLICARPO JUNIOR, José. *Fascismo e personalidade autoritária na sociedade brasileira do século XXI*. Recife, PE: Instituto de Formação Humana, 2022.

REICH, W. *Psicologia de massa do fascismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

RICCI, Rudá. *Fascismo brasileiro: e o Brasil gerou o seu ovo da serpente*. Curitiba: Kotter Editora, 2022.

ROSA, Pablo Ornelas. *Fascismo tropical: uma cibercartografia das novíssimas direitas brasileiras*. Vitória, Editora Milfontes, 2019.



ROUANET, S. P. *As razões do Iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SCHWARCZ, L. M. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

STANLEY, Jason. *Como funciona o fascismo*. Porto Alegre: L&PM, 2020.

TORMEY, Simone. *Populismo: uma breve introdução*. São Paulo: Cultrix, 2019.

TRAVERSO, Enzo. *As novas faces do fascismo: populismo e a extrema direita*. Belo Horizonte: Áviné, 2021.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. São Paulo: Paz & Terra, 2008.

## Notas

[i] Há uma constelação de autores que há décadas vem produzindo estudos sérios sobre a questão do fascismo sob uma pluralidade de abordagens dentro e fora do Brasil, a exemplo de Wilhelm Reich (?), Theodor Adorno (?), João Bernardo (2015), Robert Paxton (2007), Madeleine Albright (2018), Leandro Konder (?), Carla Brandalise (?), Paulo Casimiro e Christina Lynch (?), Consuelo Dieguez (?), Pedro Doria (?), Leila Fernandes (?), Jason Stanley (?), Federico Finchelstein (?), Leandro Gonçalves e Odilon Caldeira Neto (?), José Policarpo Junior (?), Rudá Ricci (?), Pablo Rosa (?), Enzo Traverso (?), Simone Tormey (?), Francisco Weffort (?) etc.

[ii] Segundo Lilian Schwarcz (2019), o mandonismo diz respeito ao fato de que “Mesmo com o fim do Império [...], perpetuou-se a imagem dos senhores provedores, diante dos quais era preciso agir com lealdade e submissão. Esse etos patriarcal e masculino foi, assim, transplantado para os tempos da República”.

**O site *A Terra é Redonda* existe graças aos nossos leitores e apoiadores.  
Ajude-nos a manter esta ideia.**

**[Clique aqui e veja como](#)**